

## TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **Ministério Público do Estado de Santa Catarina**, representado neste ato pela Promotora de Justiça titular da 21ª Promotoria de Justiça de Joinville, Simone Cristina Schultz Corrêa, com atuação na **CURADORIA DO MEIO AMBIENTE NATURAL E DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS**, e a empresa **TECNOTUBOS ARTEFATOS DE CONCRETO** (CNPJ 22.679.901/0001-94), localizadas na rua Waldomiro José Borges, 3010, nesta Comarca de Joinville,

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais, coletivos, difusos e individuais indisponíveis, sendo órgão encarregado para promover Inquérito Civil e Ação Civil Pública para a proteção do Meio Ambiente, conforme arts. 127 e 129, II, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, foi erigido pelo art. 225 da Constituição Federal como um direito de todos;

**CONSIDERANDO** que o conceito de meio ambiente descrito na Constituição Federal traduz como interesse difuso, cuja titularidade a todos interessa, incluindo-se neste conceito de titularidade as gerações futuras, sequer nascidas, bem como a necessidade de preservação do meio ambiente ser obrigação imposta a todos, sem exceção;

**CONSIDERANDO** que o art. 2º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, considera o meio ambiente patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo, e aponta para a nação brasileira a diretriz da preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar,

no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana;

**CONSIDERANDO** que a condução responsável e legítima de atividade econômica que possa causar e/ou tenha causado consideráveis impactos ambientais requer que em sua implantação seja permitido um real monitoramento por parte da sociedade civil organizada, inclusive através da recuperação de áreas indevidamente degradadas;

**CONSIDERANDO** que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei nº 9.605/98);

**CONSIDERANDO** que o não cumprimento da legislação ambiental, assim como a falta de licenciamento, provoca degradação ao meio ambiente, causando risco à saúde pública;

**CONSIDERANDO** o artigo 3º, inciso III, da Lei 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), o qual dispõe que a poluição é "*a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos*";

**CONSIDERANDO** o Procedimento Preparatório n. 06.2021.00002909-8, em trâmite nesta Promotoria de Justiça de Joinville sob a presidência da Promotora de Justiça signatária, o qual investiga suposta prática de poluição do ar e do solo pelas empresas Tecnotubos Artefatos de Concreto Eireli e CCRM Construção, Locação e Transportes;

**CONSIDERANDO** que, em fiscalização realizada pelo município de Joinville (BF n. 3700efs), verificou-se que a empresa Tecnotubos Artefatos de Concreto Eireli funcionava divergindo do alvará, constatando-se poluição do solo, sendo, portanto, lavrado o Auto de Notificação Ambiental n. 04381;

**CONSIDERANDO** que as irregularidades apontadas pelo Auto de Infração Ambiental supramencionado foram sanadas, consoante Memorando SEI n. 9917070/2021 – SAMA.UNF;

**CONSIDERANDO** que tramita junto ao órgão ambiental municipal o Processo SEI n. 16.0.017613-2, pelo qual a empresa Tecnotubos Artefatos de Concreto Eireli busca a concessão de licença ambiental corretiva, sendo esta condicionada à execução do Projeto de Recuperação da Área Degradada - PRAD, já aprovado por meio do Parecer Técnico n. 6686096, cujas determinações estão exaradas no Ofício n. 8983437/2021 – SAMA.UAT;

**CONSIDERANDO**, pois, as funções institucionais do Ministério Público, dentre as quais se destaca a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses relacionados à preservação do meio ambiente, para lavrar com os interessados Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta às exigências legais, prevista nos artigos 127 e 129, inciso II e III, ambos da Constituição Federal, no artigo 25, inciso IV, alínea “a”, da Lei n. 8.625 e Lei Complementar Estadual n. 738/2019,

## **RESOLVEM**

celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, com a permissão do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24-07-85, mediante os seguintes termos:

**Cláusula 1ª - A COMPROMISSÁRIA TECNOTUBOS ARTEFATOS DE CONCRETO EIRELI** compromete-se a encaminhar os comprovantes de

cumprimento das medidas indicadas pela Secretaria Municipal da Agricultura e do Meio Ambiente (SAMA) no OFÍCIO SEI Nº 8983437/2021 - SAMA.UAT, que é parte integrante deste compromisso, no prazo de 20 (vinte) dias contados da assinatura do presente termo;

**Cláusula 2ª - A COMPROMISSÁRIA TECNOTUBOS ARTEFATOS DE CONCRETO EIRELI** compromete-se a dar efetivo cumprimento ao PRAD, que condiciona a emissão da licença ambiental corretiva, já aprovado por meio do Parecer Técnico n. 6686096;

**Cláusula 3ª – A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Joinville** monitorará o projeto pelo prazo que entender necessário quando da sua aprovação, período no qual a **COMPROMISSÁRIA TECNOTUBOS ARTEFATOS DE CONCRETO EIRELI** deverá apresentar, semestralmente – **em não sendo estipulado outro prazo pelo órgão ambiental** –, relatórios de execução e de manutenção ao órgão ambiental e cópia digital nesta Promotoria de Justiça das etapas já concluídas do PRAD;

**Parágrafo Primeiro** - Na sequência de cada relatório apresentado pela **COMPROMISSÁRIA à SAMA**, o órgão ambiental fará vistoria e avaliação técnica acerca das condições ambientais encontradas, encaminhando a esta PJ, em até 30 (trinta) dias do protocolo administrativo pela **COMPROMISSÁRIA**, o respectivo laudo, dando conta do monitoramento e esclarecendo tecnicamente se o objetivo do projeto está sendo alcançado com êxito;

**Parágrafo Segundo** – Havendo necessidade de prorrogação de prazo na execução do projeto por fatos não imputados à Compromissária (atrasos provocados pelo órgão ambiental, intempéries, caso fortuito ou força maior), não importará em descumprimento do avençado, desde que haja comunicação e apresentação de justificativa, inclusive técnica, a este Órgão Ministerial, no prazo de até 30 (trinta) dias do fato que culminou em eventual atraso;

21ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville  
**CURADORIA DO MEIO AMBIENTE NATURAL E DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS**

**Cláusula 4ª** – O Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida judicial, coletiva ou individual, de natureza civil, contra o compromissário, desde que cumpridos os itens ajustados;

**Cláusula 5ª** - O não cumprimento das cláusulas ajustadas, pelo **COMPROMISSÁRIO**, implicar-lhe-á no pagamento de multa R\$ 1.000,00 (mil reais) por cada atividade descumprida do cronograma físico de execução do projeto, que será revertido ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

**Cláusula 6ª.** O cumprimento das obrigações ajustadas não dispensa a **COMPROMISSÁRIA** de satisfazer quaisquer exigências previstas em outras legislações, tampouco de cumprir qualquer imposição de ordem administrativa que diga respeito às normas ambientais correlatas, bem como ao processo de licenciamento ambiental referente a eventual continuidade das atividades que no local se pretenda.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam o presente Termo em 3 vias, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, tão logo homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Joinville, 18 de agosto de 2021.

Assinado Digitalmente  
**Simone Cristina Schultz**  
Promotora de Justiça

**TECNOTUBOS ARTEFATOS DE CONCRETO EIRELI**  
Compromissária

A